



**Ministério Público do Estado do Espírito Santo**  
**Promotoria de Justiça de Alegre**  
*Cartório*



**GAMPES: 2022.0023.0068-46**

Alegre/ES, 04 de novembro de 2022.

**OF/1ª PMAL/Nº 257/2022 - NF 2022.0023.0068-46** (*gentileza usar esta referência*)

**Referência:** Manifestação OUV2022104789

As Suas Excelências o

**Sr. Prefeito do Município de Alegre**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal**

Exmo. Prefeito,

Exmo. Presidente,

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, pelo Promotor de Justiça subscritor encaminha cópia da manifestação acima referenciada, para conhecimento, e solicita a Vossas Excelências sejam prestadas, no **prazo de 15(quinze) dias**, informações sobre os fatos nela noticiados, mormente quanto a possibilidade de alteração legislativa no inciso III do art. 2º da Lei nº 3.659/2021, com a estipulação de prazo para a impossibilidade de cessão de servidores que tenham respondido processo administrativo ou sofrido penalidade, evitando-se, assim, “punição eterna” e a necessidade deste Órgão Ministerial representar ao Procurador Geral de Justiça ante a suposta inconstitucionalidade do citado artigo.

Atenciosamente,

**MATHEUS LEME NOVAES**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**

*Os documentos deverão ser encaminhados no formato digital (PDF/A), para o endereço eletrônico [p.alegre@mpes.mp.br](mailto:p.alegre@mpes.mp.br)*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SISTEMA DE OUVIDORIA**

| DADOS DA MANIFESTAÇÃO               |                     |
|-------------------------------------|---------------------|
| Manifestação nº:                    | OUV2022104789       |
| Data de Entrada:                    | 15/10/2022 11:09:09 |
| Objetivo:                           | RECLAMACAO          |
| Forma de Contato:                   | INTERNET            |
| Estado:                             | ES                  |
| Município:                          | ALEGRE              |
| Classificação:                      | OUTROS              |
| Situação Atual:                     | TRIAGEM             |
| Manter Sigilo sobre Dados Pessoais? | SIM                 |

| MANIFESTAÇÕES, COMPLEMENTOS E PROVIDÊNCIAS |                     |  |
|--|---------------------|--|
| Manifestação (Cidadão)                     | 15/10/2022 11:09:09 | <p>Foi aprovada pela Câmara Municipal de Alegre/ES a LEI Nº 3.659, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021 que DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES PARA OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Foi criada a lei para fins de regulamentação dos pedidos de cessão de servidores, contudo, a lei teve um artigo que feriu a personalidade, com objetivo de impedir a cessão do servidor MARIO WESLEY PAIVA ZANETTI à Assembleia Legislativa deste Estado.</p> <p>O artigo 2º da legislação define que não será permitida a cessão do servidor que esteja respondendo processo administrativo ou que tenha respondido e penalizado, o que fere princípios constitucionais, pois uma punição administrativa impede a cessão sem um prazo de término da vedação, mantendo uma regra punitiva sem um lapso temporal para cessar.</p> <p>Com base na constituição, ninguém pode receber punição eterna, deve sempre haver um lapso temporal para o fim da punição, e o artigo claramente atenta a tal proteção constitucional, quando impede a cessão de servidor punido, sem um lapso de tempo indicado.</p> <p>Outro ponto é que o servidor que responde a um processo administrativo, tem presunção de inocência e o impedimento da cessão, já se torna uma punição, pois impede um direito e benefício do servidor.</p> <p>Diante disto, havendo a quebra da personalidade e atentando à constituição, este representante do Ministério Público deve apurar os motivos pela qual a regra foi inserta no sistema jurídico municipal.</p> |
| Manifestação (Cidadão)                     | 15/10/2022 11:09:09 | <p>Foi aprovada pela Câmara Municipal de Alegre/ES a LEI Nº 3.659, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021 que DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES PARA OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Foi criada a lei para fins de regulamentação dos pedidos de cessão de servidores, contudo, a lei teve um artigo que feriu a personalidade, com objetivo de impedir a cessão do servidor MARIO WESLEY PAIVA ZANETTI à Assembleia Legislativa deste Estado.</p> <p>O artigo 2º da legislação define que não será permitida a cessão do servidor que esteja respondendo processo administrativo ou que tenha respondido e penalizado, o que fere princípios constitucionais, pois uma punição administrativa impede a cessão sem um prazo de término da vedação, mantendo uma regra punitiva sem um lapso temporal para cessar.</p> <p>Com base na constituição, ninguém pode receber punição eterna, deve sempre haver um lapso temporal para o fim da punição, e o artigo claramente atenta a tal proteção</p>  |





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SISTEMA DE OUVIDORIA**

|                            |                        |   |
|----------------------------|------------------------|---|
|                            |                        | constitucional, quando impede a cessão de servidor punido, sem um lapso de tempo indicado.<br>Outro ponto é que o servidor que responde a um processo administrativo, tem presunção de inocência e o impedimento da cessão, já se torna uma punição, pois impede um direito e benefício do servidor.<br>Diante disto, havendo a quebra da pessoalidade e atentando à constituição, este representante do Ministério Público deve apurar os motivos pela qual a regra foi inserta no sistema jurídico municipal. |
| Providência<br>(Ouvidoria) | 18/10/2022<br>13:11:53 | À Promotoria de Justiça de Alegre.  |